

# O papel protagonista do Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC) nas políticas afirmativas – a experiência da educação superior brasileira

The leading role of cram schools for blacks and poor people (PVNC) in affirmative policies – the experience of Brazilian higher education

Andréia Clapp Salvador\*

**Resumo** – O presente artigo é resultado de uma pesquisa que tem como objetivo principal analisar o papel e atuação dos movimentos sociais, do movimento negro e, mais especificamente, dos pré-vestibulares para negros e carentes (PVNC) no processo de elaboração, implementação e consolidação das políticas de ação afirmativa na educação superior brasileira. O segundo ponto do presente texto apresenta resultados da pesquisa realizada sobre a gênese do PVNC, o seu papel protagonista no campo afirmativo e a perspectiva política de uma de suas principais lideranças, Frei Davi.

**Palavras-chave:** política de ação afirmativa; pré-vestibular para negros e carentes; ensino superior.

**Abstract** – This article is the result of a research whose main objective is to analyze the role and performance of social movements, the black movement and, more specifically, cram schools for blacks and poor people (PVNC, in Portuguese) in the process of elaboration, implementation, and consolidation of affirmative action in Brazilian higher education. The second point of the present text presents results from the study concerning the genesis of the PVNC, its leading role in the affirmative field and the political perspective of one of its main leaders, Frei Davi.

**Keywords:** affirmative action policy; cram schools for blacks and poor people (PVNC); higher education.

\* Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Professora Adjunta do Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e Coordenadora do grupo de pesquisa de ações afirmativas e reconhecimento (GPAAR). E-mail: aclapp@puc-rio.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4501-6714>.

## **Introdução**

As políticas afirmativas vêm se fortalecendo no Brasil ao longo das últimas décadas e surgem como estratégia de enfrentamento de uma situação de desigualdade social, seja de cunho étnico-racial, LGBTQI+, de gênero ou de outras formas, em busca de maior equidade. Nesse sentido, a política afirmativa é, geralmente, reconhecida como um instrumento político voltado para inclusão de grupos subordinados ou subalternizados, muito embora seu campo de intervenção seja muito maior. Mais que um meio de inclusão, a ação afirmativa também atua em outras frentes.

Essa abrangência é ressaltada por Joaquim Barbosa Gomes (2003), que destaca alguns dos seus principais alcances: busca a efetivação da igualdade de oportunidade, logra maior diversidade e maior representatividade de grupos sociais que vivem em condições desiguais, propõe maior inclusão social, entre outros mais. Na verdade, é uma política que influi nas áreas mais importantes para a integração social, como a educação e o mercado de trabalho, além de lidar com complexas questões sociais da atualidade, como a desigualdade, a diversidade e a discriminação.

Mas é a sua ação no campo do que Gomes (2003) chama de “efeitos persistentes”, de ordem cultural, pedagógica e psicológica – originadas no passado e que ainda se mantêm –, que a ação das políticas afirmativas ainda é pouco reconhecida, mas de grande importância. Assim, a implementação de políticas afirmativas provocaria alterações na esfera da igualdade e no campo da consciência social, isto é, a luta pela igualdade estaria em consonância com mudanças de mentalidade.

O caráter transformador das ações afirmativas (capacidade de alterar a dinâmica igualdade/desigualdade e a “consciência social” desta condição) ficou mais conhecido no Brasil quando houve a inclusão de cotas raciais nas universidades, o que provocou forte reação por parte da sociedade. As políticas afirmativas possibilitaram o acesso de estudantes oriundos de grupos em condições de desigualdade social nos cursos de graduação de universidades públicas, privadas e comunitárias. Além disso, também trouxe para a esfera pública questões como racismo, desigualdade de acesso ao ensino superior ou privilégios no ensino, temas que, até então, estavam invisibilizados.

Embora as políticas afirmativas no campo da educação superior fossem dirigidas a diversos grupos sociais – estudantes de escola pública, indígenas... –, foram as de corte racial que receberam severas críticas por parte da sociedade. Vivia-se o seguinte dilema, propostas afirmativas de corte econômico-social eram mais bem aceitas do que as de corte racial. Uma crítica direta que apontava para um ponto nevrálgico: o da discriminação racial. Para Ianni (2004, p. 21), a questão racial no Brasil

parece um desafio do presente, mas trata-se de algo que existe desde há muito tempo. Modifica-se ao acaso das situações, das formas de

sociabilidade e dos jogos das forças sociais, mas reitera-se continuamente, modificada, mas persistente. Esse é o enigma com o qual se defrontam uns e outros, intolerantes e tolerantes, discriminados e preconceituosos, segregados e arrogantes, subordinados e dominantes, em todo o mundo. Mais do que tudo isso, a questão racial revela, de forma particularmente evidente, nuançada e estridente, como funciona a fábrica da sociedade, compreendendo identidade e alteridade, diversidade e igualdade, cooperação e hierarquização, dominação e alienação.

A implementação das políticas afirmativas de corte racial nas universidades brasileiras compôs um cenário no qual se evidenciou a questão étnico-racial enquanto elemento estruturante das relações sociais. Ratifica-se, portanto, que o racismo é um dos fundamentos das relações no Brasil, conforme apregoa o documento *Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em Serviço Social* (2018).

A primeira política afirmativa para a população negra, por decisão do poder público, aconteceu no ano de 2001, com a aprovação, pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, de uma política de cotas raciais, com reserva de vagas de 40% para negros e pardos. Duas universidades públicas do Rio de Janeiro, a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e a Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF), instituíram a política de cotas. Foi a partir desses projetos que os debates se ampliaram e a questão da desigualdade, principalmente a étnica e racial, se tornou mais visível.

No caso brasileiro, as políticas de viés afirmativo surgem como uma resposta às exigências feitas por grupos sociais, como negros, mulheres, homossexuais, entre outros, por direitos coletivos e culturais. Esses grupos, que vêm se organizando como movimentos sociais, principalmente a partir das décadas de 1980 e 1990, têm lutado não só por direitos que historicamente lhes têm sido negados, como também pelo reconhecimento de suas especificidades enquanto grupo social. Dessa forma, entre uma gama de reivindicações e lutas, o movimento negro vem exigindo a inclusão de seu grupo em espaços públicos, como escola e trabalho; o movimento das mulheres tem lutado pelo direito a participar de forma mais efetiva da vida política; o movimento LGBTQI+ luta pela garantia de direitos e reconhecimento de identidade.

Nas últimas décadas do século XX, os movimentos sociais de cunho identitário trazem, então, uma nova demanda e novas exigências relativas à questão das desigualdades étnicas, de gênero e de sexo, apresentando ao cenário político outras questões e “novos cenários sociopolíticos”. Esses atores políticos compunham grupos sociais, tais como o movimento negro e o movimento de mulheres, que, além de exigir bens materiais, também demandavam direitos relativos ao reconhecimento de exclusão ou invisibilidade de questões raciais, de gênero, sexualidade e etnia, produtores de desigualdades que são moldadas por práticas culturais e sociais.

Segundo Paoli e Telles (2000, p. 108), esses pontos passam a compor uma agenda pública de debates, projetando na esfera política visões ampliadas de direitos e cidadania que incorporam as exigências de equidade e justiça nas dimensões societárias e culturais, que afetam identidades, existência e formas de vida. Além do mais, esses movimentos sociais fortaleceram uma perspectiva inovadora: a defesa dos direitos coletivos e culturais. A luta pelo direito dos grupos em situação de exclusão e subordinação se ampliou e se fortaleceu nas diversas esferas políticas.

Foi nesse novo cenário que nasceu o Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC), um movimento social voltado para a educação popular que se tornou uma das principais referências no campo das políticas afirmativas direcionadas para a educação superior. Entre tantos movimentos sociais, o PVNC é uma importante representação dos movimentos sociais identitários, porque traz na sua constituição a originalidade dessas organizações, que privilegiavam dois aspectos nas suas ações: a consciência dos cidadãos negros e pobres do direito a ter direito e uma busca pela efetivação dos direitos, neste caso, a inclusão universitária, exigindo políticas afirmativas.

Desta forma, no que se refere à gênese das políticas afirmativas no Brasil, deve-se enfatizar a ação política realizada pelo movimento negro e demais organizações vinculadas à questão racial, no processo de elaboração e implementação destas ações. Para Alexandre Nascimento (2012b, p. 5), a implementação das ações afirmativas se deve a uma luta histórica e a uma intensa mobilização social, que pressiona

instituições políticas e universitárias em todas as regiões do país a colocar as cotas para negros em suas pautas de discussões e deliberações, o que implica mobilização, articulação política e produção intelectual de ideias, argumentos, modelos e propostas de como promover a igualdade racial no ensino superior. Foi a essa luta histórica, protagonizada pelo movimento negro, que levou o Estado Brasileiro a iniciar em 2001, a adoção de ações afirmativas para a população negra.

Segundo Nilma Gomes e Aracy Martins (2004), não se pode falar de políticas afirmativas no Brasil, especialmente as voltadas para o acesso à educação universitária, sem situar alguns fatos decisivos para sua implementação. O primeiro é referente à luta dos movimentos negros pelo estabelecimento das políticas de reconhecimento; o segundo é relativo ao preparo para a Conferência Mundial de Durban contra o racismo, em 2001; e, por último, a atuação dos Pré-Vestibulares para Negros e Carentes. Merece também destaque o Seminário Internacional Multiculturalismo e Racismo, realizado em 1996, na UnB, quando o governo brasileiro, sob pressão dos movimentos negros, iniciou publicamente o processo de discussão das relações raciais brasileiras, admitindo oficialmente, pela primeira vez na história, que os negros eram discriminados (SANTOS, 2007, p. 17). Tais iniciativas tornaram as políticas de ação afirmativa uma demanda imperativa.

No campo das ações afirmativas nas universidades brasileiras, entre os diversos movimentos sociais que agiram em defesa do direito à inserção de estudantes negros nas universidades, o PVNC se tornou uma das principais referências. Além disso, na década de 1990, passou a se constituir enquanto movimento social de educação popular, que privilegiava e ainda privilegia a luta pela garantia ao acesso de estudantes “negros e carentes” aos bancos universitários.

### **A gênese do pré-vestibular para negros e carentes e seu papel protagonista na constituição das políticas de ação afirmativa na educação superior brasileira**

O primeiro núcleo do Pré-Vestibular para Negros e Carentes nasceu na Baixada Fluminense, no ano de 1993. De acordo com o *site* do PVNC, no ano de 1993 foi “lançada a semente” para a constituição dessa nova organização de educação popular, mas foi em 1994 que o PVNC começou a se constituir como movimento social, tendo como foco central de reivindicação a luta pela democratização da educação e contra a discriminação racial.

A força da proposta já podia ser vista na primeira turma: dos 50 alunos, sete foram aprovados – um estudante para a Uerj, uma aluna para a UFF de Niterói, um para a UFF da Baixada e quatro para a PUC-Rio. Para Vera Candau (2000, p. 99),

Os cursos pré-vestibulares surgiram a partir das carências do Ensino Médio, com o intuito de possibilitar seus alunos a compreender melhor o que era cobrado em termos de conteúdo pelos vestibulares anteriores [...]. Visando romper essa lógica, onde só os que tinham condições financeiras faziam esses cursos e tinham mais chance de ingressar na universidade, começaram a surgir – a partir dos trabalhos de ONGs, associações, pastorais e outras instituições – os chamados cursos pré-vestibulares alternativos, economicamente acessíveis e com a proposta dirigida às classes populares de democratizar o acesso ao ensino universitário a todos aqueles que se dispusessem a nele ingressar independente de sua condição financeira.

A atuação dos pré-vestibulares populares ia além da preparação para a inserção universitária:

Tratava-se de preocupações políticas, que se explicitam nos discursos dos seus participantes, nas propostas e nas práticas dos cursos, que vão desde atividades desenvolvidas em sala de aula visando a construção de uma nova consciência em seus educandos (consciência racial, de gênero, de classe, dos problemas sociais, etc.), passando por seminários, fóruns de discussões, assembleias, negociação de isenções e bolsas com universidades, ações judiciais, formulação de propostas para facilitar o acesso

e a permanência de estudantes das classes populares no ensino superior e democratizar a educação e o acesso ao conhecimento. (NASCIMENTO, 2002, p. 46).

A força da identidade do Pré-Vestibular para Negros e Carentes, presente desde seu nome, mostrou à sociedade a necessidade de formar cursos preparatórios dirigidos a determinados grupos que não tiveram a oportunidade de frequentar uma universidade. A existência de sujeitos pertencentes a classes populares, de raça negra e/ou afrodescendentes e de outros grupos excluídos dos bancos universitários era uma realidade até então pouco visível. A denominação Pré-Vestibular para Negros e Carentes mostra, de forma evidente, a finalidade da organização: preparar exclusivamente jovens negros e pobres para serem aprovados no vestibular e cursar universidades com valor reconhecido. Como define Renato Emerson dos Santos (2003, p. 152), “os pré-vestibulares são, portanto, ‘instrumento privilegiado de capilarização social da luta antirracismo, fundamentais para a legitimação e construção de ações afirmativas voltadas para a promoção dos negros neste país”.

O PVNC foi um movimento catalisador das ideias e propostas de vários outros movimentos sociais – vinculados à causa negra e, principalmente, ligados à Igreja Católica – que lutavam pela inclusão de determinados grupos sociais nas universidades. Frei David, uma das principais lideranças desses movimentos, ao ser perguntado sobre a gênese do PVNC, fez o seguinte registro:

A intuição nasce em 1986, a intuição ganha corpo em 1988, quando foi comemorado o centenário da Lei Áurea, quando a Igreja Católica do Brasil assumiu para refletir o tema da fraternidade e o negro. A intuição ganhou corpo em 1988 e se transformou em pré-vestibular em 1991. A decisão foi em 1991, a organização em 1992, e o início da execução em 1993.<sup>1</sup>

Ainda sobre a gênese do PVNC, Alexandre Nascimento (2002, p. 51), um dos principais protagonistas dessa luta, afirma que a proposta de criação do PVNC “nasceu na Igreja Católica, a partir das reflexões sobre a educação e o negro, realizadas entre 1989 e 1992, na Pastoral do Negro de São Paulo”, embora cite também a existência de outras influências. Não se pode deixar de ressaltar que a primeira experiência concreta de concessão de bolsas de estudo para estudantes negros ocorreu na PUC de São Paulo, quando foram destinadas 200 bolsas para estudantes atuantes no movimento negro, uma experiência que não teve continuidade, mas foi uma importante inspiração na formação do PVNC.

<sup>1</sup> As entrevistas realizadas com Frei David e apresentadas neste documento podem ser consultadas na sua integralidade no acervo do Grupo de pesquisa de ação afirmativa e reconhecimento do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio (GPAAR) e em (CLAPP SALVADOR, 2011).

Portanto, o PVNC é uma iniciativa que nasceu da parceria entre grupos religiosos católicos e não católicos, bem como da participação de militantes vinculados a outras organizações sociais. O que possibilitou uma articulação entre esses diversos grupos foi a luta por uma causa única, pautada, preferencialmente, pela igualdade racial e social no campo da educação. Para Frei David, o que o motivou a lutar em defesa dos negros e pela consolidação de políticas de ação afirmativa foi o desejo de reparação. O argumento da reparação, pautado num discurso de discriminação racial e dívida histórica, originou-se nos movimentos negros e é uma das justificativas centrais para a gênese desta política. A questão racial é a base de toda sua narrativa.

Um dos pontos marcantes no seu depoimento é o tema das políticas de ação afirmativa, consideradas por ele um importante instrumento de reparação, cuja consequência mais visível é a desigualdade estrutural. Como o próprio Frei David afirma:

As cotas nas universidades equivalem a uma corrida. Imagine que você tem uma corrida. Imagine que duas pessoas vão fazer uma corrida. Para uma pessoa, você dá tudo: você dá médico, dá treinador, dá máquinas para treinar, dá boa alimentação balanceada, dá muito líquido para essa pessoa, dá tudo para essa pessoa. Para a outra pessoa, você não dá médico, não dá treinador, não dá equipamento, não dá alimentação, e ainda você amarra uma pedra na perna dela. Em seguida, você dá o tiro, dá a largada para a corrida. Quem é que vai vencer? Todos falam: ‘aquele que recebeu tudo’. Pois é, o sujeito que recebeu tudo é o cara da classe média, que tem escola boa... O sujeito que está aqui com a pedra é o negro que foi escravizado. Isso me fez lembrar que a lutas pelas cotas foi uma luta muito sofrida. Foram 20 anos para conseguir ver as primeiras vitórias. E a perseverança, portanto, para mim, foi a grande marca da comunidade negra, por ter perseverado nessa meta, nessa garra, nessa luta.

Frei David, junto a outras lideranças, constituiu o PVNC. A formação inicial do PVNC (1993) foi conduzida por três militantes não vinculados a grupos religiosos, Alexandre do Nascimento, Luciano de Santana Dias e Antônio Dourado, que se juntaram a Frei David, de formação franciscana, e constituíram a coordenação do primeiro núcleo. Foi uma proposta que, já na fase inicial, se dividia em duas perspectivas ideológicas distintas: uma organização baseada na autogestão, modelo utilizado pela Igreja Católica, sugerida por Frei David, que possibilitava a disseminação da ideia de forma mais rápida; e uma perspectiva que se pautava na construção de um aparato no formato de ONG. A partir dessas concepções antagônicas, surgiram divergências entre os membros do próprio movimento. Entretanto, ocorreu uma primeira vitória da proposta eclesial, como salienta Emerson dos Santos (2003).

O ano de 1994 mostrou o crescimento da organização do PVNC, tanto em atividades internas competentes aos “prés” quanto no estabe-

lecimento de novas parcerias e ampliação de contatos. A expansão do movimento e a constituição de novas parcerias se deu através da própria estratégia de trabalho, chamada por Renato Emerson dos Santos (2003) de “formato eclesial”, método de ação utilizado pelo PVNC. O “formato eclesial” foi a forma de trabalho escolhida pelo grupo então hegemônico, liderado por Frei David, que privilegiava a ação em rede.

O PVNC se expandiu e se consolidou, sobretudo através de dois campos de atuação:

- *nos espaços físicos cedidos pelas Igrejas, para a formação de novos núcleos de pré-vestibulares.* O “grupo eclesial” fez importantes articulações com outras organizações religiosas, o que possibilitou a ampliação dos núcleos e o fortalecimento de uma rede de contatos institucionais com capacidade de cessão de espaços (SANTOS, 2003, p. 132); e
- *estabelecendo parceria com diversas instituições e especialmente com a PUC-Rio.*

O segundo ano de formação do PVNC, 1994, foi fundamental principalmente para as diversas universidades que começaram a receber os primeiros alunos oriundos do pré-vestibular. Também foi marcante para o processo de constituição do próprio PVNC pelo reordenamento das suas forças políticas, que apontava para uma nova configuração: havia um aumento do número de núcleos e também das articulações entre o “pré” e outros movimentos organizados. O PVNC começou a se estabelecer como Movimento Social de Educação Popular. Como lembra Nascimento (2005, p. 5), um de seus criadores,

foi um ano de crescimento, de adesão de novos núcleos, de muitas articulações, debates, conflitos e criação de novos espaços de discussão e de liberações coletivas: a Assembleia Geral, as equipes de reflexão racial e pedagógica, o jornal, as aulas de Cultura e Cidadania.

Entre muitas ideias e concepções divergentes, alguns acordos foram estabelecidos e se transformaram em ideias fundamentais para a identidade do movimento, conferindo um caráter inovador, mobilizador e transformador para o Pré-Vestibular para Negros e Carentes. Entre os vários acordos constituídos pelo grupo, houve dois pontos fundamentais, estabelecidos pelo “coletivo”, responsáveis pela singularidade da ação desenvolvida pelo PVNC. O primeiro ponto fundamental é a questão do que se chamou de *força da identidade* do movimento; o segundo foi a inclusão da *disciplina de Cultura e Cidadania* na grade curricular. Foram, portanto, elementos fundamentais para o processo de crescimento e consolidação do movimento, que se fortaleceu na Baixada Fluminense e se ampliou nos diversos bairros da cidade do Rio de Janeiro.

A força da identificação trouxe, para a sociedade de modo geral, alguns aspectos inovadores e originais. O primeiro se refere à presença de

uma nítida identificação na própria denominação do pré-vestibular: “para negros e carentes”<sup>2</sup>, uma forma de reconhecer e ser reconhecido, pouco usual no Brasil, principalmente com relação à questão racial. Fica evidente uma proposta educativa de corte racial e social. O segundo aspecto se dá com relação ao nascimento de um curso pré-vestibular popular, que surge devido à insuficiência dos conteúdos oferecidos nos ensinos médio e fundamental, voltado para aprovação de estudantes da periferia no vestibular. Um pré-vestibular cujo nome retratasse a desigualdade social e racial e que propusesse a inclusão de grupos sociais excluídos era uma ideia transformadora.

A força dessa identificação provocou grandes mudanças na vida dos alunos. Os estudantes do PVNC começam a se reconhecer segundo suas identidades raciais, étnicas, regionais e sociais, e passam a se identificar com o próprio grupo. O aluno ou ex-aluno de pré-vestibular popular deixou de ser um “estudante comum”, morador da periferia do Rio de Janeiro, e passou a fazer parte de um grupo com uma identidade definida, baseada numa proposta de participação militante. O nome do pré-vestibular passou a ser a identificação de uma determinada “coletividade”. A partir daquele momento, os alunos que almejavam ingressar na universidade faziam parte do Pré-Vestibular para Negros e Carentes, o que contribuiu para a identificação e para o sentimento de pertencimento a um determinado grupo, constituído por negros, afrodescendentes e/ou pobres.

Entretanto, essa identidade a provocou, e ainda provoca, muitos impactos, principalmente quando se fala em educação. Uma identidade tão específica, alunos “negros e carentes”, é algo inusitado quando nos referimos ao campo da educação, no qual se costuma considerar o aluno um sujeito com características bastante homogêneas. O aluno que faz parte do imaginário da sociedade moderna tem uma identidade essencialmente genérica: o estudante do ensino médio; da escola pública; o fraco e o forte; ou da escola de determinado nome. Porém, um aluno cuja identidade principal é o de ser “negro e carente” era uma realidade ainda nova e geradora de muito impacto.

O segundo aspecto fundamental que fortaleceu essa nova identidade de estudantes da periferia foi a consolidação da disciplina Cultura e Cidadania, criada em 1994, que contribuiu para a formação de um aluno preocupado com as causas sociais e preparado para refletir sobre as questões sociais. Além das disciplinas que são cobradas no vestibular, o aluno teria uma aula voltada para questões como cidadania, racismo, política e direitos humanos. Essa proposta surgiu em decorrência dos debates realizados pelo

<sup>2</sup> A escolha do nome Pré-Vestibular para Negros e Carentes se tornou oficial somente em 1994, em assembleia, sendo resultado de negociação. “O que estava em jogo não era o nome em si, mas a hegemonia na condução dos rumos do movimento. Nesse contexto, a questão racial ganha *status* de dimensão construtiva consensual, e o conhecimento sobre a temática passa então a conferir autoridade a seus portadores” (SANTOS, 2003, p. 134).

próprio grupo, que via, na ação pedagógica, um caminho para educação popular.

A disciplina serviria como eixo articulador “entre a preparação do vestibular, a conscientização política e a busca de uma proposta pedagógica adequada à realidade e aos interesses dos segmentos sociais envolvidos no PVNC” (SANTOS, 2003p. 134). O aluno, então, não deveria ser preparado unicamente para a aprovação no vestibular, mas para ser um sujeito participativo, agente de transformação e militante pela causa dos direitos da população negra e das classes populares.

A diferença mais marcante estava no aluno que passava a ter uma identidade e que não estava mais isolado em sua comunidade, bairro etc. Ele e ela, então, faziam parte de um grupo que tinha uma identidade própria, formando-se, assim, um coletivo fortalecido. Esse sujeito passou a compreender e participar da luta por vagas nas universidades públicas, comunitárias e particulares como uma luta pela cidadania, e não mais como favorado a alunos negros e pobres.

A conquista das ações afirmativas nas universidades passou a ser vista pelos alunos dos PVNCs como um direito historicamente negado, e que, através da luta política, seria possível resgatá-lo. Fortalecia-se, assim, a perspectiva dos movimentos sociais, baseados no princípio do direito e do reconhecimento. Dessa maneira, toma forma um novo grupo que chegou se fortalecendo e ocupando os bancos universitários, propriedade até pouco tempo exclusiva da classe média e da elite brasileira.

Hoje, nas universidades brasileiras, há um número bastante representativo de alunos de reserva de vagas em diversos cursos de graduação e, embora em menor número, em cursos de pós-graduação. Entretanto, o processo de implementação das ações afirmativas tem mostrado que a política voltada para o acesso a universidades de grupos que vivem em condição de desigualdade social ainda é um campo de conflitos e contradições. Uma experiência que se alargou e que hoje exige uma análise profunda acerca de seus avanços e retrocessos.

### **Algumas considerações**

Mesmo ainda existindo dificuldades no processo de constituição dos programas afirmativos nas universidades brasileiras, tanto no campo do acesso quanto na permanência, pode-se afirmar que houve avanços. Isso se deve a diversos fatores, mas especialmente à atuação dos pré-vestibulares populares, que vêm formando, ao longo de três décadas, estudantes negros, indígenas, moradores de periferia e de favelas para a inserção universitária.

No caso do Rio de Janeiro, o PVNC teve papel central no campo das ações afirmativas e influenciou a criação de diversos outros pré-vestibulares populares/comunitários. Segundo Nascimento (2012a, p. 174),

os cursos pré-vestibulares para negros resistem, afirmando direitos e produzindo questionamentos, conhecimentos e propostas alternativas e produzem, resistindo às dificuldades de acesso ao ensino superior através de atividades de ensino de conteúdos preparatórios para os vestibulares das instituições de ensino superior e de propostas de políticas de ação afirmativa.

A influência da proposta inicial do PVNC pode ser vista, ainda hoje, em diversos pré-vestibulares populares, distribuídos por bairros e municípios do Rio de Janeiro, tais como: Educafro, PreparaNEM, Pré-Vestibular Ser Cidadão, Pré-Vestibular Comunitário Pompeia, Pré-Vestibular Vila Operária, entre outros. Há uma rede constituída de cursinhos pré-vestibulares populares que atua em diversos municípios, com núcleos voltados para a inclusão de estudantes negras e negros, trans e das classes populares nas universidades públicas e privadas, e que defendem a ideia de maior democratização do acesso à universidade, claramente inspirados na experiência do PVNC.

Por outro lado, hoje em dia alguns “prés” vêm se desvinculando dos fundamentos originais estabelecidos pelos primeiros grupos, o que contribui para que haja uma efetiva desarticulação entre os grupos e participantes. Emerson dos Santos (2003) reafirma esse problema, especialmente com relação à negação do protagonismo da questão racial, um elemento simbólico dos pré-vestibulares populares e, também, uma das principais referências na constituição dos PVNCs. Como ele mesmo relata, “tal percurso é patente nas trajetórias de diversos núcleos, que, quando se desvincilham da rede PVNC, passam a negar a questão racial como uma das bandeiras fundantes do curso” (SANTOS, 2003, p. 150).

Entretanto, a nossa pesquisa nos possibilita afirmar o papel protagonista do PVNC no campo das políticas de ações afirmativas nas universidades brasileiras e a importância da proposta fundante do PVNC e sua capacidade de inspirar novas experiências.

**Referências**

CANDAU, V. *Educação intercultural e cotidiano escolar: construindo caminhos*. Vol. 2. Rio de Janeiro: PUC-Rio/CNPq, 2000.

CLAPP SALVADOR, A. *Ação afirmativa na PUC-Rio – A inserção de alunos pobres e negros*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2011.

GOMES, J. B. O debate constitucional sobre as ações afirmativas. In: SANTOS, R. E. dos; LOBATO, F. (org.). *Ações afirmativas: políticas públicas contra as desigualdades raciais*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GOMES, N. L.; MARTINS, A. A. (org.). *Afirmando direitos: acesso e permanência de jovens negros na universidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

IANNI, O. Dialética das relações raciais. *Revista Estudos Avançados*, v. 18, n. 50, 2004.

NASCIMENTO, A. do. Universidade e cidadania – O movimento dos cursos pré-vestibulares populares. *Revista Lugar Comum: Estudos de Mídia, Cultura e Democracia*, Rio de Janeiro, n. 17, 2002.

NASCIMENTO, A. *Do direito à universidade à universalização de direitos*. O movimento dos cursos pré-vestibulares populares e as políticas de ação afirmativa. Rio de Janeiro: Ed. Litteris, 2012a.

NASCIMENTO, A. O movimento dos cursos pré-vestibulares para negros e a política de cotas nas instituições de ensino superior. *Cadernos Imbondeiro*, v. 2, n. 1, 2012b.

PAOLI, M. C.; TELLES, V. da S. Direitos sociais: conflitos e negociações no Brasil contemporâneo. In: ALVAREZ, S. E.; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A. (org.). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos*. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

SANTOS, D. R. dos. Como a Igreja Católica tratou negros e negras nestes 507 anos? *Revista Tempo e Presença Digital*, ano 2, n. 5, 2007. Disponível em: [http://www.koinonia.org.br/tpdigital/detalhes.asp?cod\\_artigo=102&cod\\_boletim=6&tipo=](http://www.koinonia.org.br/tpdigital/detalhes.asp?cod_artigo=102&cod_boletim=6&tipo=). Acesso em: jun. 2019.

SANTOS, R. E. Racialidade e novas formas de ação social: o pré-vestibular para negros e carentes. In: SANTOS, R. E.; LOBATO, F. (org.). *Ações afirmativas – políticas públicas contra as desigualdades raciais*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SUBSÍDIOS para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em Serviço Social. Vitória, 2018. Disponível em: [http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/subsidio\\_debate\\_uestao\\_etnico\\_servico\\_social-201812041419427146430.pdf](http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/subsidio_debate_uestao_etnico_servico_social-201812041419427146430.pdf). Acesso em: jul. 2019.

DOI: 10.12957/rep.2020.47229  
Recebido em 19 de julho de 2019.  
*Aprovado para publicação em 15 de setembro de 2019.*



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.